



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO PARANÁ**

**APÊNDICE I
ESTUDOS TÉCNICOS PRELIMINARES**

PGEA nº 1.25.000.028162/2025-44

SUMÁRIO

PGEA nº 1.25.000.028162/2025-44.....	1
1. INTRODUÇÃO.....	1
2. BASE LEGAL.....	2
3. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE.....	2
4. PREVISÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL.....	3
5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO.....	3
5.1. DO CARÁTER CONTÍNUO DA CONTRATAÇÃO.....	6
5.2. DOS CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE.....	6
A) Socioambiental.....	6
6. GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO.....	7
7. SUBCONTRATAÇÃO.....	7
8. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES.....	7
Tabela 1: Estimativa de quantidade de visitas técnicas programadas de manutenção preventiva para o ITEM 1.....	8
Tabela 2: Estimativa de quantidade de visitas técnicas programadas de manutenção preventiva para o ITEM 2.....	8
Tabela 3: Estimativa de quantidade de visitas técnicas programadas de manutenção preventiva para o ITEM 3.....	9
9. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS.....	9
10. LEVANTAMENTO DE MERCADO.....	9
11. ESTIMATIVA DO PREÇO DA CONTRATAÇÃO.....	9
Tabela 4: Cálculo do preço anual global estimado do contrato, por ITEM.....	10
12. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO.....	10
Tabela 5: Endereços das sedes da CONTRATANTE em Curitiba.....	11
Tabela 6: Endereços das sedes da CONTRATANTE no interior do Paraná.....	11
13. JUSTIFICATIVA PARA O NÃO PARCELAMENTO DA CONTRATAÇÃO.....	13
14. DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS.....	13
15. GERENCIAMENTO DE RISCOS.....	13
16. PROVIDÊNCIAS PRÉVIAS AO CONTRATO.....	13
17. CONTRATAÇÕES CORRELATAS/INTERDEPENDENTES.....	13
18. IMPACTOS AMBIENTAIS.....	14
19. VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO.....	14
20. RESPONSÁVEIS.....	14

1. INTRODUÇÃO

1. O presente documento caracteriza a primeira etapa da fase de planejamento e apresenta os devidos estudos técnicos para a contratação de solução que atenderá à necessidade abaixo especificada.

2. O objetivo principal é estudar detalhadamente a necessidade e identificar no mercado a melhor solução visando à contratação de pessoa jurídica especializada, doravante denominada LICITANTE/CONTRATADA, para prestação de serviços de manutenção periódica dos sistemas e equipamentos de segurança orgânica da Procuradoria da República no Paraná, com sedes em Curitiba e doravante denominada CONTRATANTE, e suas unidades jurisdicionadas, localizadas nos municípios de Campo Mourão, Cascavel, Foz do Iguaçu, Francisco Beltrão, Londrina, Maringá, Ponta Grossa e Umuarama.

2. BASE LEGAL

3. Sem prejuízo de outras normas complementares e correlatas, aplicam-se ao objeto em exame:

- 3.1. [Lei nº 14.133/2021](#), Lei de Licitações e Contratos Administrativos;
- 3.2. [Instrução Normativa SEGES nº 58/2022](#), Instrução Normativa sobre os Estudos Técnicos Preliminares (dispõe sobre a elaboração dos Estudos Técnicos Preliminares – ETP para a aquisição de bens e a contratação de serviços e obras, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, e sobre o Sistema ETP digital);
- 3.3. [Lei Complementar nº 123/2006](#), que institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte;
- 3.4. Portaria PGR/MPU nº 148/2022 (dispõe sobre a dispensa de licitação, na forma eletrônica, no âmbito do Ministério Público da União);
- 3.5. [Decreto nº 8.538/2015](#), que regulamenta o tratamento favorecido, diferenciado e simplificado para microempresas, empresas de pequeno porte, agricultores familiares, produtores rurais pessoa física, microempreendedores individuais e sociedades cooperativas nas contratações públicas de bens, serviços e obras no âmbito da administração pública federal;
- 3.6. [Portaria PGR/MPU nº 100/2023](#), que regulamenta o procedimento administrativo para realização de pesquisa de preços para aquisição de bens e contratação de serviços em geral, no âmbito do Ministério Público da União;
- 3.7. [IN SG/MPF nº 1, de 18 de fevereiro de 2018](#), que dispõe sobre os serviços de natureza continuada no âmbito do Ministério Público Federal;
- 3.8. [Decreto nº 9.507/2018, de 21/9/2018](#), que dispõe sobre a execução indireta, mediante contratação, de serviços da administração pública federal direta, autárquica e fundacional e das empresas públicas e das sociedades de economia mista controladas pela União;
- 3.9. [Guia de Contratações Sustentáveis do MPF de 2016](#), que visa a melhoria contínua da qualidade nas contratações e aquisições do órgão;
- 3.10. [Portaria PGR/MPF nº 290/2023](#), que dispõe sobre a Política de Sustentabilidade, o Plano de Logística Sustentável e a Rede MPF Sustentável no âmbito do Ministério Público Federal.

3. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

4. A segurança institucional do Ministério Público Federal se concretiza em diversas vertentes, dentre as quais está a operação de sistemas e equipamentos de segurança orgânica.
5. Essas soluções são compostas por *softwares*, *firmwares* e *hardwares* de diversas naturezas e diferentes graus de complexidade, demandando manutenção periódica por empresa especializada, de modo a garantir seu funcionamento pleno e eficaz.
6. Ou seja, o serviço de manutenção não pode ser prestado diretamente por servidores da CONTRATANTE, exigindo-se a contratação de uma ou mais pessoas jurídicas devidamente capacitadas, habilitadas e certificadas pelos fabricantes das respectivas soluções técnicas.
7. Ademais, a manutenção, especialmente a preventiva, das peças e dos equipamentos também visa ao prolongamento da vida útil dos componentes, gerando economia à Administração, uma vez que adiará a necessidade de novas aquisições/substituições.
8. Ocorre que os atuais contratos da CONTRATANTE (Contrato nº 12/2021 e Contrato nº 13/2021) vencerão em 30 de junho de 2026, não sendo mais permitida suas prorrogações, já que completarão 60 (sessenta) meses de execução, conforme apregoava a Lei nº 8.666/1993, vigente à época da licitação. Logo, impõe-se a realização de um novo certame licitatório.

9. A nova licitação terá por objeto, portanto, a contratação de uma ou mais pessoas jurídicas especializadas para prestação dos seguintes serviços, distribuídos conforme itens e localidades:

9.1. ITEM 1 – Serviço de manutenção periódica do:

9.1.1) Sistema de videomonitoramento por CFTV: Curitiba, Campo Mourão, Cascavel, Foz do Iguaçu, Francisco Beltrão, Londrina, Maringá, Ponta Grossa e Umuarama.

9.1.2) Sistema de controle de acesso: Curitiba, Cascavel, Foz do Iguaçu e Umuarama.

9.1.3) Sistema de alarme de intrusão e perimetral: Curitiba.

9.2. ITEM 2 – Serviço de manutenção periódica do sistema de detecção e alarme de incêndio: Curitiba.

9.3. ITEM 3 – Serviço de manutenção periódica da porta giratória detectora de metais: Curitiba.

10. A prestação do serviço de manutenção periódica inclui a manutenção preventiva e a manutenção corretiva.

11. Registra-se a opção pela contratação do serviço de manutenção da porta giratória detectora de metais em um item em separado dos demais. Primeiro, em razão da especificidade do objeto, que se distingue sobremaneira dos demais. Segundo, devido à experiência prática das contratações anteriores, em que as empresas foram contratadas para a prestação de serviço de um objeto bem mais amplo, para o qual possuíam certificação e habilitação técnica, porém, não possuíam *know-how* para manutenção técnica desse equipamento especificamente, o que gerava frequente transtorno na execução do contrato.

4. PREVISÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL

12. A presente contratação está prevista no Plano de Contratações Anual de 2026 da Procuradoria da República no Paraná (PGEA 1.25.000.005761/2025-90) e devidamente inscrita no Sistema de Gestão Administrativa (SGA) do Ministério Público Federal (PRPR-0026/25 e PRPR-0060/25).

5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

13. Para a prestação do serviço objeto da presente contratação serão exigidas, na licitação, as seguintes qualificações técnicas:

13.1. ITEM 1 – Serviço de manutenção periódica do sistema de videomonitoramento por CFTV, do sistema de controle de acesso e do sistema de alarme de intrusão e perimetral da CONTRATANTE.

13.1.1) Carta de autorização do fabricante: a LICITANTE deverá comprovar ser agente licenciado e/ou autorizado pela empresa **LENEL/UTC**, fabricante das soluções utilizadas pela CONTRATANTE (**UltraView** e **OnGuard**), mediante apresentação de Carta VAR-Lenel atualizada e em língua portuguesa, ou acompanhada de tradução juramentada.

13.1.2) Experiência profissional: a LICITANTE deverá comprovar possuir experiência profissional na prestação do serviço objeto do contrato, conforme condições a seguir descritas, mediante a apresentação de uma ou mais certidões, ou qualquer outro documento hábil:

a) Manutenção de sistema de videomonitoramento por CFTV: prestação do serviço por, pelo menos, **24 (vinte e quatro) meses**, admitida a soma de períodos de contratações distintas, em parques com, no mínimo, **120 (cento e vinte) câmeras com conexão IP**, tendo em vista a existência de 258 (duzentas e cinquenta e oito) câmeras atualmente instaladas nas dependências da CONTRATANTE;

b) Manutenção de sistema de controle de acesso: prestação do serviço por, pelo menos, **24 (vinte e quatro) meses**, admitida a soma de períodos de contratações distintas, em parques com, no mínimo, **5 (cinco) catracas** e **12 (doze) leitores biométricos**, tendo em vista a existência de 10 catracas e 25 leitores biométricos atualmente instalados nas dependências da CONTRATANTE.

Obs. 1: Quanto à exigência de experiência mínima de 24 (vinte e quatro) meses, a despeito da possibilidade de se exigir experiência por período de até 3 (três) anos, conforme dispõe o § 5º, art. 67, da Lei nº 14.133/2021, entende-se necessário e suficiente para esta contratação estabelecer o mesmo prazo da vigência inicial do presente contrato, que será de 24 meses, como comprovação de

experiência mínima. Assim, a Administração busca exigir os requisitos mínimos e indispensáveis indicados na legislação de regência que confirmam qualidade na contratação sem restringir a competitividade.

Obs. 2: A comprovação da capacidade técnico-operacional de gerenciamento anterior em até 50% (cinquenta por cento) do número de equipamentos está em conformidade com o art. 67, § 2º, da Lei 14.133/2021 e a jurisprudência do TCU.

13.1.3) Quadro profissional certificado pelo fabricante: a CONTRATADA deverá comprovar, em até 10 (dez) dias após a assinatura do contrato, possuir, em seu quadro permanente de colaboradores, pelo menos **1 (um) engenheiro e 2 (dois) analistas e/ou técnicos** devidamente capacitados, habilitados e certificados pelo fabricante **LENEL/UTC** quanto aos sistemas objeto da contratação.

a) Essa exigência de qualificação técnica de um quadro profissional mínimo indispensável à adequada prestação do serviço se justifica pela complexidade de gestão, operação e, principalmente, de suporte e manutenção técnica do sistema e de seus equipamentos. Sem a capacitação e a certificação específica dos profissionais quanto ao sistema utilizado pela CONTRATANTE, o suporte técnico ficaria bastante comprometido. A quantidade de profissionais se justifica pelo fato de que os empregados da CONTRATADA farão jus a férias e outros afastamentos legais durante a vigência do contrato, o que também não poderá comprometer a prestação do serviço.

b) Para efeito de comprovação serão aceitos certificados emitidos pelo fabricante dos sistemas ou por instituição por ele credenciada para a expedição.

c) A comprovação de vínculo dos profissionais dar-se-á pela apresentação de um dos seguintes documentos:

c.1) Vínculo empregatício: cópia da carteira de trabalho e previdência social (CTPS), contendo as folhas em que constem o número de registro, a qualificação civil e o contrato de trabalho, ou ficha completa de registro de empregado;

c.2) Vínculo societário: ato constitutivo da empresa, devidamente registrado no órgão competente;

c.3) Vínculo contratual com profissional autônomo: contrato de prestação de serviços entre a CONTRATADA e o profissional, devidamente registrado no órgão competente.

13.1.4) Recolhimento de ART's: a CONTRATADA deverá comprovar, em até 10 (dez) dias após a assinatura do contrato, o recolhimento da Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) perante o **CREA-PR**, referente ao serviço objeto do contrato, para cada sede da CONTRATANTE.

13.2. ITEM 2 – Serviço de manutenção periódica do sistema de detecção e alarme de incêndio da CONTRATANTE.

13.2.1) Carta de autorização do fabricante: a LICITANTE deverá comprovar ser agente licenciado e/ou autorizado pela empresa **JOHNSON CONTROLS**, fabricante da central de alarme de incêndio utilizada pela CONTRATANTE (**Simplex 4100ES**), mediante apresentação de **carta** ou qualquer outro **documento hábil expedido pelo fabricante**, desde que atualizado e em língua portuguesa, ou acompanhado de tradução juramentada.

13.2.2) Experiência profissional: a LICITANTE deverá comprovar possuir experiência profissional na prestação do serviço objeto do contrato, conforme condições a seguir descritas, mediante a apresentação de uma ou mais certidões, ou qualquer outro documento hábil:

a) Manutenção de sistema de detecção e alarme de incêndio: prestação do serviço por, pelo menos, **24 (vinte e quatro) meses**, admitida a soma de períodos de contratações distintas, em parques com, no mínimo, **1 (uma) central de alarme e 100 (cem) detectores ópticos e/ou termovelocimétricos endereçáveis**, tendo em vista a existência de 231 (duzentos e trinta e um) detectores atualmente instalados nas dependências da CONTRATANTE.

Obs. 1: Quanto à exigência de experiência mínima de 24 (vinte e quatro) meses, a despeito da possibilidade de se exigir experiência por período de até 3 (três) anos, conforme dispõe o § 5º, art. 67, da Lei nº 14.133/2021, entende-se necessário e suficiente para esta contratação estabelecer o mesmo prazo da vigência inicial do presente contrato, que será de 24 meses, como comprovação de experiência mínima. Assim, a Administração busca exigir os requisitos mínimos e indispensáveis indicados na legislação de regência que confirmam qualidade na contratação sem restringir a competitividade.

Obs. 2: A comprovação da capacidade técnico-operacional de gerenciamento anterior em até 50% (cinquenta por cento) do número de equipamentos está em conformidade com o art. 67, § 2º, da Lei 14.133/2021 e a jurisprudência do TCU.

13.2.3) Quadro profissional certificado pelo fabricante: a CONTRATADA deverá comprovar, em até 10 (dez) dias após a assinatura do contrato, possuir, em seu quadro permanente de colaboradores, pelo menos **1 (um) engenheiro e 2 (dois) analistas e/ou técnicos** devidamente capacitados, habilitados e certificados pelo fabricante **JOHNSON CONTROLS** quanto ao sistema de detecção e alarme de incêndio objeto do contrato.

a) Essa exigência de qualificação técnica de um quadro profissional mínimo indispensável à adequada prestação do serviço se justifica pela complexidade de gestão, operação e, principalmente, de suporte e manutenção técnica do sistema e de seus equipamentos. Sem a capacitação e a certificação específica dos profissionais quanto ao sistema utilizado pela CONTRATANTE, o suporte técnico ficaria bastante comprometido. A quantidade de profissionais se justifica pelo fato de que os empregados da CONTRATADA farão jus a férias e outros afastamentos legais durante a vigência do contrato, o que também não poderá comprometer a prestação do serviço.

b) Para efeito de comprovação serão aceitos certificados emitidos pelo fabricante do sistema ou por instituição por ele credenciada para a expedição.

c) A comprovação de vínculo dos profissionais dar-se-á pela apresentação de um dos seguintes documentos:

c.1) Vínculo empregatício: cópia da carteira de trabalho e previdência social (CTPS), contendo as folhas em que constem o número de registro, a qualificação civil e o contrato de trabalho, ou ficha completa de registro de empregado;

c.2) Vínculo societário: ato constitutivo da empresa, devidamente registrado no órgão competente;

c.3) Vínculo contratual com profissional autônomo: contrato de prestação de serviços entre a CONTRATADA e o profissional, devidamente registrado no órgão competente.

13.2.4) Recolhimento de ART: a CONTRATADA deverá comprovar, em até 10 (dez) dias após a assinatura do contrato, o recolhimento da Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) perante o **CREA-PR**, referente ao serviço objeto do contrato.

13.3. ITEM 3 – Serviço de manutenção periódica da porta giratória detectora de metais da CONTRATANTE.

13.3.1) Carta de autorização do fabricante: a LICITANTE deverá comprovar ser agente licenciado e/ou autorizado pela empresa **MINEORO**, fabricante da porta giratória detectora de metais utilizada pela CONTRATANTE (**MP36**), mediante apresentação de **carta** ou qualquer outro **documento hábil** expedido pelo fabricante, desde que atualizado e em língua portuguesa, ou acompanhado de tradução juramentada.

13.3.2) Experiência profissional: a LICITANTE deverá comprovar possuir experiência profissional na prestação do serviço objeto do contrato, conforme condições a seguir descritas, mediante a apresentação de uma ou mais certidões, ou qualquer outro documento hábil:

a) Manutenção de porta giratória detectora de metais: prestação do serviço por, pelo menos, **24 (vinte e quatro) meses**, admitida a soma de períodos de contratações distintas.

Obs. 1: Quanto à exigência de experiência mínima de 24 (vinte e quatro) meses, a despeito da possibilidade de se exigir experiência por período de até 3 (três) anos, conforme dispõe o § 5º, art. 67, da Lei nº 14.133/2021, entende-se necessário e suficiente para esta contratação estabelecer o mesmo prazo da vigência inicial do presente contrato, que será de 24 meses, como comprovação de experiência mínima. Assim, a Administração busca exigir os requisitos mínimos e indispensáveis indicados na legislação de regência que confirmam qualidade na contratação sem restringir a competitividade.

13.3.3) Quadro profissional certificado: a CONTRATADA deverá comprovar, em até 10 (dez) dias após a assinatura do contrato, possuir, em seu quadro permanente de colaboradores, pelo menos **2 (dois) técnicos** devidamente capacitados, habilitados e certificados, preferencialmente pelo fabricante **MINEORO**, para instalação e manutenção de portas giratórias detectora de metais.

a) Essa exigência de qualificação técnica de um quadro profissional mínimo indispensável à adequada prestação do serviço se justifica pela complexidade de gestão, operação e, principalmente, de suporte e manutenção técnica do equipamento. Sem a capacitação e a certificação específica dos profissionais quanto ao equipamento utilizado pela CONTRATANTE, o suporte técnico ficaria bastante comprometido. A quantidade de profissionais se justifica pelo fato de que os empregados da CONTRATADA farão jus a férias e outros afastamentos legais durante a vigência do contrato, o que também não poderá comprometer a prestação do serviço.

b) Para efeito de comprovação serão aceitos certificados emitidos pelo fabricante do sistema ou por instituição por ele credenciada para a expedição.

c) A comprovação de vínculo dos profissionais dar-se-á pela apresentação de um dos seguintes documentos:

c.1) Vínculo empregatício: cópia da carteira de trabalho e previdência social (CTPS), contendo as folhas em que constem o número de registro, a qualificação civil e o contrato de trabalho, ou ficha completa de registro de empregado;

c.2) Vínculo societário: ato constitutivo da empresa, devidamente registrado no órgão competente;

c.3) Vínculo contratual com profissional autônomo: contrato de prestação de serviços entre a CONTRATADA e o profissional, devidamente registrado no órgão competente.

13.3.4) Recolhimento de ART: a CONTRATADA deverá comprovar, em até 10 (dez) dias após a assinatura do contrato, o recolhimento da Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) perante o **CREA-PR**, referente ao serviço objeto do contrato.

14. Será de responsabilidade exclusiva da LICITANTE/CONTRATADA providenciar e manter, às suas expensas, durante todo o período de vigência do contrato, as aprovações, os alvarás, as licenças e/ou as autorizações dos fabricantes ou dos órgãos públicos, referentes à prestação dos serviços objeto da contratação.

5.1. DO CARÁTER CONTÍNUO DA CONTRATAÇÃO

15. O caráter continuado da presente contratação tem por objetivo garantir que o serviço seja realizado de forma periódica e ininterrupta.

5.2. DOS CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE

A) Socioambiental

16. A CONTRATADA, no que for aplicável, deverá atender às disposições estabelecidas na Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 1, de 19 de janeiro de 2010, da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, e no Decreto nº 7.746, de 05 de junho de 2012, que tratam dos critérios de sustentabilidade e proteção ambientais.

17. Os serviços prestados pela CONTRATADA deverão ser pautados sempre pelo uso adequado e racional de recursos e equipamentos, a fim de atender às diretrizes de responsabilidade ambiental, conforme disposto na legislação vigente, bem como na Portaria PGR/MPU nº 290, de 09/05/2023.

18. Todos os processos envolvidos na execução desse objeto, sejam de extração, fabricação, utilização ou descarte de materiais e serviços devem estar revestidos da preocupação com a sustentabilidade ambiental e totalmente de acordo com imposições normativas editadas pelos órgãos de proteção ao meio ambiente.

19. A qualquer tempo, a CONTRATANTE poderá solicitar à CONTRATADA a substituição de quaisquer materiais considerados inadequados do ponto de vista dos impactos ambientais.

20. As interessadas em participar da contratação deverão apresentar, na fase externa do certame licitatório, Declaração de Regularidade Social conforme modelo a ser disponibilizado, em que conste:

20.1. Não ter sido condenada, a LICITANTE ou seus dirigentes, por infringir as leis de combate à discriminação, em todas as suas formas, por motivos de raça, gênero e outros, conforme dispõe a Constituição Federal de 1988 em seu inciso IV do art. 3º; inciso I do art. 5º; e os arts. 38 e 39 do Estatuto da Igualdade Racial, Lei nº 12.288, de 20 de julho de 2010;

20.2. Não explorar o trabalho infantojuvenil, em atenção ao que dispõe o inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal de 1988; o Título III do Capítulo IV do Decreto-Lei nº 5.452, de 1 de maio de 1943 (CLT); os arts. 60 a 69 da Lei nº 8.069, de 19 de julho de 1990 (ECA); a Lei nº 8.069, de 19 de julho de 1990; o Decreto nº 6.841, de 12 de junho de 2008, o qual trata da proibição das piores formas de trabalho infantil e ação imediata para sua eliminação;

20.3. Não praticar, de nenhuma forma, ações que possam ser enquadradas nos arts. 1º e 170 da Constituição Federal, nos arts. 149, 203 e 207 do Código Penal (dispositivos que tratam do trabalho análogo ao de escravo e tráfico de pessoas para esse fim), Decreto nº 5.017/2004, que promulga o Protocolo de Palermo e as Convenções OIT 29 e 105.

21. A CONTRATADA, quando possuir quadro de funcionários com cem ou mais empregados, deverá contratar porcentagem de profissionais com necessidades especiais, conforme previsto na Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, art. 93.

22. A CONTRATADA deverá declarar que não se enquadra nas hipóteses de vedação previstas no Art. 4º da Resolução do CNMP no 177/2017, de 05 de julho de 2017, quando houver designação de empregado para exercício de cargo de chefia.

23. É vedado à CONTRATADA ter como sócios, gerentes, diretores ou administradores cônjuges, companheiros(as) ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de membros e servidores ocupantes de cargos de direção, chefia ou assessoramento do Ministério Público da União e dos Estados, sob pena de rescisão contratual.

6. GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO

24. Não será exigida garantia da execução do contrato, mas a CONTRATANTE poderá reter, do montante a pagar, valores para assegurar o pagamento de multas, indenizações e ressarcimentos devidos pela CONTRATADA.

7. SUBCONTRATAÇÃO

25. Não será admitida a subcontratação do objeto.

8. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES

26. A quantificação do serviço levará em conta o cronograma anual de visitas técnicas programadas de manutenção preventiva, a ser estabelecido no Plano de Manutenção.

27. Considerando a experiência da última contratação, decidiu-se pela manutenção do número de visitas técnicas previstas para o ITEM 2.

28. Já no que concerne ao ITEM 1, optou-se por ampliar a quantidade de visitas técnicas na sede da PR/PR, em Curitiba, de onde, inclusive, poderão ser executadas algumas manobras nos sistemas das demais unidades jurisdicionadas. As visitas, que eram quinzenais nos meses ímpares e mensais nos meses pares, passarão a ser sempre quinzenais, ou seja, com dois comparecimentos por mês. Logo, aumentarão de 18 para 24.

28.1. Paralelamente, verificou-se a possibilidade de redução e readequação da quantidade de visitas técnicas das demais unidades, evitando-se impacto financeiro na nova contratação.

28.2. Fato é que, ao fim dessa estimativa, o total de visitas técnicas previstas por ano passará de 51, na contratação vigente, para 53, na nova contratação, conforme tabela a seguir.

29. Por outro lado, pela experiência da contratação vigente, optou-se por destacar o serviço de manutenção periódica da porta giratória detectora de metais em um item em apartado, o ITEM 3, dada a especificidade do equipamento, a demandar manutenção especializada. Para tanto, estima-se que serão necessárias 6 visitas técnicas programadas por ano.

ITEM 1			
SISTEMA DE VIDEOMONITORAMENTO POR CFTV – CFTV SISTEMA DE CONTROLE DE ACESSO – SCA SISTEMA DE ALARME DE INTRUSÃO E PERIMETRAL – SAIP			
SEDE	SISTEMA INSTALADO	QUANTIDADE DE VISITAS ANUAIS	PERIODICIDADE DAS VISITAS TÉCNICAS
CURITIBA	• CFTV • SCA • SAIP	24	• QUINZENAL
FOZ DO IGUAÇU	• CFTV • SCA	6	• BIMESTRAL
CASCADEL	• CFTV • SCA	4	• TRIMESTRAL
UMUARAMA	• CFTV • SCA	4	• TRIMESTRAL
LONDRINA	• CFTV	3	• QUADRIMESTRAL
MARINGÁ	• CFTV	3	• QUADRIMESTRAL
PONTA GROSSA	• CFTV	3	• QUADRIMESTRAL
CAMPO MOURÃO	• CFTV	3	• QUADRIMESTRAL
FRANCISCO BELTRÃO	• CFTV	3	• QUADRIMESTRAL

Tabela 1: Estimativa de quantidade de visitas técnicas programadas de manutenção preventiva para o ITEM 1.

ITEM 2			
SISTEMA DE DETECÇÃO E ALARME DE INCÊNDIO – SDAI			
SEDE	SISTEMA INSTALADO	QUANTIDADE DE VISITAS ANUAIS	PERIODICIDADE DAS VISITAS TÉCNICAS
CURITIBA	• SDAI	6	• BIMESTRAL

Tabela 2: Estimativa de quantidade de visitas técnicas programadas de manutenção preventiva para o ITEM 2.

ITEM 3			
PORTA GIRATÓRIA DETECTORA DE METAIS – PGDM			
SEDE	SISTEMA INSTALADO	QUANTIDADE DE VISITAS ANUAIS	PERIODICIDADE DAS VISITAS TÉCNICAS
CURITIBA	• PGDM	6	• BIMESTRAL

Tabela 3: Estimativa de quantidade de visitas técnicas programadas de manutenção preventiva para o ITEM 3.

9. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

30. As especificações técnicas do serviço constarão no Termo de Referência da contratação.

10. LEVANTAMENTO DE MERCADO

31. Analisando contratações similares, verifica-se que, basicamente, a existência de duas possibilidades de contratação do serviço:

31.1. Com fornecimento de peças e equipamentos, sob demanda e mediante pagamento ou ressarcimento;

31.2. Somente serviço de manutenção, sem o fornecimento de peças e equipamentos.

32. A primeira modalidade já foi utilizada pela CONTRATANTE, no âmbito do Contrato nº 06/2016, que previa uma cláusula específica para o fornecimento de peças e materiais mediante ressarcimento. Todavia, a experiência, no transcorrer da execução do contrato, mostrou-se ineficiente para esta contratação, razão pela qual o Contrato nº 12/2021 e o Contrato nº 13/2021 foram celebrados na segunda modalidade, prevendo apenas a prestação de serviço.

33. Para a presente contratação, optou-se pela manutenção desse mesmo critério.

34. Conforme experiência anterior, já que a CONTRATANTE celebra contrato(s) com esse objeto desde 2016, verificou-se, novamente, a limitação do mercado fornecedor desse serviço. Apesar do grande número de empresas existentes, a grande maioria opta por não atender à Administração Pública, simplesmente não respondendo ao pedido de orçamento, ou mesmo declinando da oferta de serviço. Mesmo assim, fez-se possível a promoção da estimativa do preço da contratação ora proposta.

11. ESTIMATIVA DO PREÇO DA CONTRATAÇÃO

35. A pesquisa de preço foi realizada entre os dias 30/03 e 16/04/2026, com base nos parâmetros definidos no Art. 23 da Lei nº 14.133/2021, e em obediência à Portaria PGR/MPU nº 100, de 31 de maio de 2023.

36. Foram apresentadas propostas comerciais pelos seguintes potenciais fornecedores:

36.1. Arcade Tecnologia Ltda.;

36.2. CTM Life Safety LTDA.;

36.3. Segurpro Vigilância Patrimonial S.A.;

36.4. Embrasistem Tecnologia Ltda.

37. As demais empresas consultadas não ofertaram proposta comercial.

38. Utilizando-se as cotações obtidas e aplicando-se os métodos previstos nos Arts. 5º e 6º da Portaria PGR/MPU nº 100/2023, foram obtidos os seguintes preços:

ITEM	SERVIÇO	QUANTIDADE DE VISITAS TÉCNICAS PROGRAMADAS (por ano)	VALOR UNITÁRIO ESTIMADO (por visita técnica programada)	VALOR ANUAL ESTIMADO POR ITEM (valor unitário multiplicado pela quantidade anual de visitas técnicas programadas)
1	Serviço de manutenção periódica do sistema de videomonitoramento por CFTV, do sistema de controle de acesso e do sistema de alarme de intrusão e perimetral Sistemas: UltraView; Intelbras; OnGuard; Decibel. Locais: Curitiba, Campo Mourão, Cascavel, Foz do Iguaçu, Francisco Beltrão, Londrina, Maringá, Ponta Grossa e Umuarama.	53	R\$ 4.650,00	R\$ 246.450,00
2	Serviço de manutenção periódica do sistema de detecção e alarme de incêndio Sistema: Simplex 4100. Local: Curitiba.	6	R\$ 5.000,00	R\$ 30.000,00
3	Serviço de manutenção periódica da porta giratória detectora de metais Marca/modelo: Mineoro MP36. Local: Curitiba.	6	R\$ 1.801,33	R\$ 10.807,98

Tabela 4: Cálculo do preço anual global estimado do contrato, por ITEM.

12. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

39. O objeto a ser licitado é a contratação de pessoa jurídica, neste documento denominada CONTRATADA, especializada na prestação de serviço continuado de manutenção periódica dos sistemas e equipamentos de segurança orgânica da Procuradoria da República no Paraná, neste documento denominada CONTRATANTE, e de suas unidades jurisdicionadas.

40. A CONTRATADA deverá demonstrar capacidade de atendimento integral ao objeto do contrato, bem como atender aos demais requisitos básicos inerentes ao processo licitatório.

41. O objeto desta contratação será realizado na forma de execução indireta, com serviço prestado em caráter continuado, tendo em vista que, pela sua essencialidade, visa a atender à necessidade pública de forma permanente e contínua, por mais de um exercício financeiro, assegurando a integridade do patrimônio público ou o funcionamento das atividades finalísticas da CONTRATANTE, de modo que sua interrupção poderia comprometer a prestação de um relevante serviço público ou o cumprimento da sua missão institucional.

42. Cada Município onde haja sede representativa da CONTRATANTE será considerado como unidade de prestação do serviço, conforme endereços a seguir:

PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO PARANÁ	
CIDADE	ENDEREÇO E INFORMAÇÕES PARA CONTATO
CURITIBA	Sede principal: Rua Marechal Deodoro, 933 – Centro – CEP 80060-010 Anexo: Rua Marechal Deodoro, 950 – 6º e 7º andares – Centro – CEP 80060-010 Tel. 41 3219-8700 – Curitiba/PR – prpr-disot@mpf.mp.br

Tabela 5: Endereços das sedes da CONTRATANTE em Curitiba.

PROCURADORIAS DA REPÚBLICA NOS MUNICÍPIOS DO PARANÁ	
CIDADE	ENDEREÇO E INFORMAÇÕES PARA CONTATO
CAMPO MOURÃO	Avenida Mendes de Camargo, 1115, loja 1 – Centro – CEP 87302-080 Tel. 44 3518-4600 – Campo Mourão/PR – prpr-campomourao@mpf.mp.br
CASCADEL	Avenida Brasil, 3939 – Centro – CEP 85812-002 Tel. 45 3219-7100 – Cascavel/PR – prpr-cascavel@mpf.mp.br
FOZ DO IGUAÇU	Sede principal: Rua Edmundo de Barros, nº 660 – Centro – CEP 85851-120 Anexo: Av. Paraná, 3610 – Polo Centro – CEP 85863-720 Tel. 45 3521-4500 – Foz do Iguaçu/PR – prpr-foz@mpf.mp.br
FRANCISCO BELTRÃO	Av. Júlio Assis Cavalheiro, 912, térreo – Centro – CEP 85601-000 Tel. 46 3520-5200 – Francisco Beltrão/PR – prpr-franciscobeltrao@mpf.mp.br
LONDRINA	Avenida Ayrton Senna da Silva, 550, sala 904 – Bairro Gleba Fazenda Palhano – CEP 86050-460 Tel. 43 3294-1200 – Londrina/PR – prpr-londrina@mpf.mp.br
MARINGÁ	Av. Centenário, 105 – Vila Christino – CEP 87050-040 Tel. 44 3221-5800 – Maringá/PR – prpr-maringa@mpf.mp.br
PONTA GROSSA	Rua Sete de Setembro, 304 – Centro – CEP 84010-350 Tel. 42 3219-3500 – Ponta Grossa/PR – prpr-pontagrossa@mpf.mp.br
UMUARAMA	Rua Guadiana, 3506 – Zona I – 87501-020 Tel. 44 3621-0800 – Umuarama/PR – prpr-umuarama@mpf.mp.br

Tabela 6: Endereços das sedes da CONTRATANTE no interior do Paraná.

43. A prestação do serviço de manutenção periódica inclui a manutenção preventiva e a manutenção corretiva.

44. A contratação terá prazo de vigência de **2 (dois) anos**, contados a partir da assinatura do contrato, permitida a prorrogação, respeitada a vigência máxima decenal, desde que haja previsão em edital, permitida a negociação com a CONTRATADA ou a extinção contratual sem ônus para qualquer das partes, nos termos dos artigos 106 e 107 da [Lei nº 14.133/2021](#).

45. A vigência contratual mais longa se justifica em razão:

45.1. Da natureza contínua dos serviços, conforme previsão na IN SG/MPF nº 1/2018, item LIII;

45.2. Do período de vigência contratual ampliado contribuir para que a contratação em tela possa ser mais atrativa ao mercado, por meio de uma maior diluição dos custos com a manutenção dos equipamentos, representando, inclusive, redução no preço final proposto pela licitante vencedora do certame, favorecendo a Administração em termos de economicidade e ampliação da competitividade. Seguindo esta lógica, a jurisprudência do TCU sustenta a possibilidade da fixação do prazo de vigência estendido com a finalidade de obter preços e condições mais vantajosos para a Administração, como o [Acórdão 3320/2013 – Segunda Câmara](#):

“O prazo de vigência de contratos de serviços contínuos deve ser estabelecido considerando-se as circunstâncias de forma objetiva, fazendo-se registrar no processo próprio o modo como interferem na decisão e quais suas consequências. Tal registro é

especialmente importante quando se fizer necessário prazo inicial superior aos doze meses entendidos como regra pelo TCU. Há necessidade de se demonstrar o benefício decorrente do prazo estabelecido (Acórdão 3320/2013 – Segunda Câmara)."

45.3. Do menor risco quanto à continuidade dos serviços. O caput do art. 106 da Lei nº 14.133/2021 dispõe que "a Administração poderá celebrar contratos com prazo de até 5 (cinco) anos nas hipóteses de serviços e fornecimentos contínuos", observadas algumas diretrizes, das quais destaca-se o previsto em seu inciso I, que estabelece a necessidade de se atestar a maior vantagem econômica vislumbrada em razão da contratação plurianual. A disciplina adotada se relaciona com questões de ordem orçamentárias. Por outro lado, devemos considerar que os serviços são imprescindíveis à execução diária das atividades e que são prestações auxiliares e necessárias à Administração no desempenho de suas funções. Tais serviços, se paralisados, podem pôr em risco a continuidade das atividades da Administração Pública. A razão da regra está ligada à inconveniência da paralisação das atividades que interessam à Administração. Conforme ensinamentos de Marçal Justen Filho, a continuidade relaciona-se não propriamente à atividade desenvolvida pelos particulares, mas sim à permanência da necessidade pública a ser satisfeita;

a) A doutrina compreende que os ajustes que tenham como objeto serviços de execução continuada podem ser celebrados com prazo de vigência superior a 12 (doze) meses (até 5 anos), podendo, inclusive, ser postergado até 10 (dez) anos (art. 107 da Lei nº 14.133/2021);

45.4. Das sucessivas modificações do cenário das contratações públicas em relação à prestação de serviços contínuos que levam à necessidade de amoldar melhor as regras às carências rotineiras da Administração Pública – soluções estas criadas para melhor atenderem às necessidades cotidianas da Administração. A razoabilidade impõe essa interpretação, pois, não se mostra sensato exigir que a vigência dos contratos de serviços prestados de forma contínua fique limitada a 12 (doze) meses. Já que, a praxe administrativa é de prorrogar por período máximo permitido por lei. Se há uma contratação que foi prevista no orçamento e os recursos estão disponíveis, não há obstáculos. Reduzir o alcance da contratação a 12 (doze) meses mostra-se temerário e contrário ao interesse público. Podemos verificar essa cautela em alguns julgados do Tribunal de Contas da União:

"(...) Por isso, a aplicação do art. 57, II, da Lei nº 8.666/93, mostra-se como uma medida economicamente interessante, porque a vigência dos contratos não se restringe à vigência dos créditos orçamentários e ainda poderão ter a sua duração estendida por período igual ao inicialmente estabelecido, nos termos da Lei 9.648/98, que alterou a redação do mencionado dispositivo legal. (Decisão 732/2000 – Plenário).

d) Não existe a necessidade de fixar a vigência coincidindo com o ano civil, nos contratos de serviços continuados cuja duração ultrapasse o exercício financeiro em curso, uma vez que não pode ser confundido o conceito de duração dos contratos administrativos (art. 57 da Lei nº 8.666/93) com a condição de comprovação de existência de recursos orçamentários para o pagamento das obrigações executadas no exercício financeiro em curso (art. 7º, § 2º, III, da Lei nº 8.666/93), pois nada impede que contratos desta natureza tenham a vigência fixada para 12 meses, ultrapassando o exercício financeiro inicial, e os créditos orçamentários fiquem adstritos ao exercício financeiro em que o termo contratual é pactuado (...). (Decisão o 586/2002)"

45.5. Dos ganhos administrativos com a redução nos procedimentos de instrução de prorrogações contratuais, proporcionando economia técnico-operacional na condução dos trâmites anuais dos processos de renovação das vigências contratuais. Deve-se ressaltar ainda, no campo da gestão de riscos, que a vigência mais dilatada diminui eventuais inconvenientes quanto a necessidade de realização de um novo procedimento licitatório (no caso de insucessos na prorrogação contratual), acarretando um custo desnecessário, já que o procedimento demanda o envolvimento de vários setores para sua execução. Outro caso enfrentado é a falta de pessoal administrativo, cada vez mais acentuado pelas aposentadorias sem reposição.

46. Considerando todas as colocações aqui tecidas, conclui-se que os serviços de natureza contínua podem ser celebrados por períodos superiores, não se mostrando razoável impor que a vigência desses contratos fique limitada ao prazo de 12 (doze) meses. Diante desse contexto, as peculiaridades do objeto em questão levam-nos propor o prazo de 24 (vinte e quatro) meses, considerando, também, os requisitos que devem ser atendidos no momento da prorrogação.

47. Diante do exposto, um prazo de vigência maior tornaria a contratação mais atrativa, estaria inserida na lógica de mercado da duração de contratos para esse tipo de serviço e contribuiria para mitigar os riscos de uma eventual necessidade da realização de uma nova contratação do serviço em tela, atendendo os princípios da economicidade, razoabilidade, competitividade e interesse público. Dessa forma, resta comprovado que a fixação do prazo de vigência mais estendido está em perfeita conformidade com o artigo 106 da Lei nº 14.133/2021.

13. JUSTIFICATIVA PARA O NÃO PARCELAMENTO DA CONTRATAÇÃO

48. Nos termos da Súmula nº 247 do TCU, a regra é de que a adjudicação deve ser efetivada por itens, a fim de possibilitar a mais ampla competitividade, salvo se houver justificativa para o agrupamento em lote ou por preço global.

49. Por outro lado, o parcelamento deverá ser realizado somente em benefício da Administração, evitando-se que o resultado do processo licitatório acarrete prejuízo para o conjunto ou complexo de bens e serviços a ser contratado.

50. Nessa esteira, considerando-se a relação de interdependência entre alguns sistemas, notadamente os que compõem o ITEM 1, que são, inclusive, integráveis entre si, verifica-se ser imperioso que uma única empresa preste o serviço de manutenção de todos os sistemas e em todas as unidades, de modo a se garantir, ainda, o suporte técnico do fabricante (Licença *SUSP-Lenel*), quando se fizer necessário, uma vez que a Licença *Dongle ID*, que identifica a PR/PR perante o fabricante LENEL/UTC, não admite a intermediação por mais de um prestador de serviço, ainda que todos possuam, individualmente, Carta *VAR-Lenel*.

14. DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS

51. A presente contratação visa a prover as unidades do MPF/PR com sistemas e equipamentos de segurança orgânica cada vez mais confiáveis, assim como ao prolongamento da sua vida útil e ao incremento constante dos níveis de segurança institucional.

15. GERENCIAMENTO DE RISCOS

52. Foram identificados os riscos mais comuns atinentes ao objeto da contratação, pormenorizadamente descritos no Mapa de Riscos, que compõe o Anexo A destes estudos técnicos preliminares.

16. PROVIDÊNCIAS PRÉVIAS AO CONTRATO

53. Não há a necessidade de adequação prévia à execução do serviço.

54. Estima-se, também, que a nova contratação se inicie tão logo se expirem os contratos vigentes, garantindo-se a continuidade da prestação do serviço.

17. CONTRATAÇÕES CORRELATAS/INTERDEPENDENTES

55. Não se vislumbram outras contratações que possam ser caracterizadas como correlatas ou interdependentes, uma vez que se trata de um serviço autônomo.

18. IMPACTOS AMBIENTAIS

56. A CONTRATADA deverá atender, no que lhe couber, as disposições previstas na Lei nº 12.305/2010, de 02 de agosto de 2010, (Política Nacional dos Resíduos Sólidos), e no Decreto nº 7.404/2010, de 23 de dezembro de 2010, que a regulamenta, sob pena de, independentemente da existência de culpa, ser obrigada a reparar eventuais danos causados, sem prejuízo das sanções cíveis e penais previstas em lei, em especial daquelas fixadas na Lei 9.605/1998, de 12 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente.

19. VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO

57. Baseado em todos os dados que foram levantados para elaboração destes estudos técnicos preliminares, conclui-se que a contratação é **viável e necessária**.

58. Trata-se de um modelo de contratação bastante difundido, uma vez que a maior parte dos órgãos públicos hoje dispõe de sistemas e equipamentos de segurança orgânica, que demandam, outrossim, manutenção periódica.

59. Nos termos da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, a equipe de planejamento da contratação destes estudos técnicos preliminares entende que as informações aqui contidas deverão estar disponíveis para qualquer interessado, pois não se caracterizam como sigilosas.

60. Assim, seguem os presentes estudos técnicos preliminares para aprovação superior.

20. RESPONSÁVEIS

61. A equipe de planejamento da contratação, designada por meio da Portaria SE/PRPR nº 881, de 21 de novembro de 2025, é composta pelos seguintes servidores: FLAVIO HENRIQUE DA SILVA, matrícula nº 22103; GILBERTO DE SOUZA SANTOS, matrícula nº 15686; JOSE MARIA ALVES, matrícula 17780; JOSE MARIA COSTA DE OLIVEIRA, matrícula 30424; LEANDRO ENGLER BOÇON, matrícula nº 13605; LEE ROBSON DE LARA, matrícula nº 9904; RICARDO FRANCISCO SOKEN, matrícula nº 11533; STEPHAN NASCIMENTO BASSO, matrícula 11488.